



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

1. INFORMAÇÕES GERAIS

O Serviço Social do Comércio (SESC) foi criado por meio do Decreto-Lei nº 9.853, de 13 de setembro de 1946, publicado no DOU de 16 de setembro de 1946.

O regulamento da Entidade foi estabelecido pelo Decreto nº 61.836, de 05 de dezembro de 1967, publicado no DOU de 07 de dezembro de 1967, com as modificações dispostas nos Decretos: nº 5.725, de 16 de março de 2006 (DOU de 17 de março de 2006), nº 6.031, de 1º de fevereiro de 2007 (DOU de 02 de fevereiro de 2007) e nº 6.632, de 05 de novembro de 2008 (DOU de 06 de novembro de 2008).

a) NATUREZA JURÍDICA DA ENTIDADE

O SESC é uma Entidade com personalidade jurídica de direito privado, nos termos da lei civil, sem fins lucrativos e, em decorrência, enquadra-se na imunidade tributária prevista na letra “c”, do inciso VI, do artigo 150 da Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988.

b) NATUREZA DAS OPERAÇÕES E PRINCIPAIS ATIVIDADES DA ENTIDADE

O SESC tem por finalidade estudar, planejar e executar medidas que contribuam para o bem-estar social e a melhoria do padrão de vida dos Trabalhadores do Comércio Bens Serviço e Turismo e suas famílias e, bem assim para o aperfeiçoamento moral e cívico da coletividade, através de uma ação educativa que, partindo da realidade social do país, exercite os indivíduos e os grupos para adequada e solidária integração numa sociedade democrática.

c) DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO E COM AS NORMAS DE CONTABILIDADE APLICÁVEIS

Nossas práticas e demonstrações contábeis são regulamentadas por normas específicas do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), por meio das Resoluções CFC nº 1.128 a 1.137/2008, que aprovaram as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) nº NBC T 16.1 a 16.10, e incorporadas internamente ao Código de Contabilidade e Orçamento (CODECO) do Serviço Social do Comércio, que regula a aplicabilidade em âmbito nacional sob a coordenação do Departamento Nacional.

As Resoluções SESC nº 1.245 e 1.246/2012, alteradas pela de nº 1.291/2014, reformularam o CODECO, contemplando as novas práticas e demonstrações contábeis, com vigência de forma facultativa a partir de 2015 e compulsória a partir de 2018.

2. DEPARTAMENTO REGIONAL SESC MATO GROSSO

Estas Notas Explicativas às demonstrações contábeis referem-se ao Departamento Regional SESC Mato Grosso, esta, com jurisdição em algumas cidades de Mato Grosso, composta ainda por Conselho Regional – órgão deliberativo -, Conselho Fiscal – órgão de fiscalização financeira.

a) DOMICÍLIO DO DEPARTAMENTO REGIONAL

O Departamento Regional do SESC, inscrito no CNPJ 03.658.968/0001-06, tem sede à Rua São Joaquim, nº 399, Centro Sul, CEP 78.020.150, Cuiabá/MT.

b) CONTEXTO OPERACIONAL DO DEPARTAMENTO REGIONAL

Ao Departamento Regional compete à elaboração de normas e diretrizes gerais de ação do SESC, prestar assistência técnica sistemática às unidades do SESC Mato Grosso, realizar estudos, pesquisas e experiências por meio das unidades operacionais, para fundamentação técnica das atividades do SESC, programar e executar os demais serviços de administração geral e sugerir medidas tendentes à racionalização do sistema administrativo da Entidade, dentre outras competências.

3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Este Departamento Regional, a partir do exercício de 2018, adotou as novas práticas contábeis e demonstrações contábeis em suas totalidades, passando a retratar em seus demonstrativos e relatórios os registros e controles dos impactos decorrentes das seguintes mudanças: Regime de competência para as variações patrimoniais diminutivas (tratadas como despesas até o exercício de 2017) e para as variações patrimoniais aumentativas (tratadas como receitas até o exercício de 2017), depreciação dos ativos patrimoniais, provisão de férias e 13º salário, aumento no controle dos atos potenciais ativos e passivos, plano de contas reformulado, dentre outras.

Assim, as demonstrações contábeis apresentadas, em cumprimento às disposições legais e regulamentares, contêm dados do Departamento Regional, incluindo os Polos de Referência e suas respectivas Unidades Operacionais.

Os fatos contábeis foram registrados e as Demonstrações Oficiais extraídas por meio da ferramenta eletrônica Sistema de Gestão Financeira (SGF). Esse sistema caracteriza-se por gerenciar contabilidade, orçamento, contas a pagar, contas a receber e tesouraria.

Para fins de cumprimento da legislação vigente, toda documentação contábil resultante do registro dos fatos contábeis encontra-se arquivada em ordem cronológica. Esses registros foram efetuados em formulários próprios e serão transformados em Livros Diários autenticados, em observância às formalidades legais e técnicas que disciplinam a matéria.

4. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

O Conselho Fiscal, órgão de fiscalização financeira da Administração Nacional, é responsável pelo controle e fiscalização da aplicação de recursos do SESC.

Nossas contas são, também, fiscalizadas e auditadas pelo Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU) e pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e a auditoria independente.

5. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS APLICADAS

Na elaboração e apresentação das Demonstrações Contábeis foram aplicados princípios, convenções, procedimentos e regras específicas.

a) BASES DE MENSURAÇÃO

Considerando a utilização de seus ativos de forma natural, consumidos somente na consecução de suas finalidades programáticas, os registros foram realizados com base no custo histórico, como o Regional realizou reavaliação dos bens imóveis, atualizando os valores apresentados nas Demonstrações Contábeis.

b) CONTIGÊNCIAS

Não há passivo contingente registrado contabilmente em contas de Passivo e Resultado. As contingências fiscais, legais, trabalhistas, cíveis e outras estão controladas em contas de Atos Potenciais Ativos e Passivos, compondo o Balanço Patrimonial. Os processos jurídicos podem demorar mais que o exercício subsequente para serem resolvidos, por isso, não oneramos o orçamento do ano com causas que ainda não foram finalizadas, engessando assim recursos de nossas atividades fins.

6. RESUMO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICANTES

As demonstrações contábeis foram elaboradas em obediência às Características Qualitativas das informações. As principais práticas na elaboração das demonstrações financeiras são as seguintes:

a) APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Estão registrados ao custo de aplicação, acrescidos dos rendimentos proporcionais até a data do balanço;

b) ESTOQUES

Os estoques em almoxarifado são demonstrados pelo custo de aquisição e o método para mensuração e avaliação das saídas do almoxarifado é o custo médio ponderado, e são formados prioritariamente por material de almoxarifado ou, ainda, por produtos para revenda, vinculados às atividades desenvolvidas, com grande rotatividade.

c) PROVISÕES PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

A provisão para créditos de liquidação duvidosa não é realizada. A entidade se caracteriza pelos preços subsidiados com caráter pedagógico e educativo.

d) DEMAIS DIREITOS

Os demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo estão demonstrados aos seus valores originais, adicionados, quando aplicável, pelos valores de juros e variações monetárias ou, no caso de despesas pagas antecipadamente, demonstrados pelo valor de custo.

e) IMOBILIZADO

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, às seguintes taxas estabelecidas, desconsiderando o valor residual:

GRUPO DE BENS	VIDA ÚTIL	TAXA DE DEPRECIAÇÃO
Móveis e Utensílios	10	10%
Máquinas e Equipamentos	10	10%
Equipamentos de Informática	05	20%
Veículos	05	20%
Edificações	25	4%

f) AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

A empresa efetuou ajustes decorrentes de avaliações patrimoniais. Entendemos que os bens móveis, apresentam mudanças significativas no valor justo ou valores de mercado que variam significativamente, mas tão somente os ajustes por meio de registros da avaliação conforme NBCT, e laudos técnicos. Como o primeiro ano de implantação, o cálculo das depreciações anteriores a 2018 foi ajustado diretamente na conta de patrimônio líquido no montante de R\$ 59.933.722,30.

g) PASSIVO CIRCULANTE E EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

Estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço, observando o regime de competência;

h) DETERMINAÇÃO DO RESULTADO

O resultado é apurado em obediência ao regime de competência de exercícios.

i) EVENTOS SUBSEQUENTES

Declaramos a inexistência e/ou conhecimento de fatos ocorridos subsequentemente à data de encerramento do exercício que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial ou financeira da Entidade ou que possam provocar efeitos sobre seus resultados futuros.

7. INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

a) RESULTADO NO PERÍODO

Em consequência da revisão no Codeco, principalmente nas estruturas das contas contábeis, ficou prejudicada a comparação com o exercício anterior para as contas de resultado.

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS:

As variações patrimoniais aumentativas totalizam **R\$ 69.987.955,16** no ano, apresentando a seguinte composição:

Variações Patrimoniais Aumentativas	R\$	%Part.
Contribuições	51.281.272,98	73,28%
Serviços	10.517.698,70	15,03%
Financeiras	4.006.361,96	5,73%
Outras	4.182.621,52	5,96%
Totais	69.987.955,16	100,00%

A receita de contribuição corresponde a 73,28% da receita total acumulada em dezembro/2018 e as demais respondem por apenas 26,72%.

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

As variações patrimoniais diminutivas totalizam **R\$ 64.004.265,15** no ano, apresentando a seguinte composição:

Variações Patrimoniais Diminutivas	R\$	%Part.
Pessoal e Encargos	34.050.554,50	53,20%
Uso de Bens e Serviços	27.117.549,59	42,37%
Financeiras	307.443,46	0,48%
Transferências	1.507.669,43	2,35%
Outras	1.021.048,17	1,60%
Totais	64.004.265,15	100,00%

Analisando o comportamento destas variações no período, podemos afirmar que o montante realizado, representa 100% das variações patrimoniais aumentativas totais.

A Desvalorização e Perdas de Ativos referem-se ao registro de depreciação do exercício atual no valor de R\$. 11.399.181,69.

As variações patrimoniais diminutivas com Pessoal e Encargos Sociais representaram no período 53,20% das variações patrimoniais aumentativas.

Os encargos sociais, em relação às demais variações patrimoniais diminutivas de pessoal, foram de 21,78 %, dentro do parâmetro de 40% adotado pelo Conselho Fiscal da Administração Nacional do SESC.

		NOMENCLATURA	R\$
3.1.1.1	A	Remuneração a Pessoal	19.600.819,87
3.1.2.1	B	Encargos Patronais	6.088.805,18
3.1.3.1	C	Benefícios a Pessoal	6.848.952,31
3.1.9.1	D	Outras VPD'S Pessoal e Encargos	1.511.977,14

$$\frac{B}{A + C + D} = \frac{6.088.805,18}{27.961.749,32} = 21,78\%$$

RESULTADO

O resultado operacional do período é positivo no valor de R\$ 5.983.690,01 apresentando a seguinte composição:

	nov/18	No Mês	Acumulado no Período	
Variações Patrimoniais Aumentativas	5.620.539,16	8.701.098,44	69.987.955,16	
Variações Patrimoniais Diminutivas	4.352.259,42	6.111.236,64	64.004.265,15	91,45%
Resultado Operacional	1.268.279,74	2.589.861,80	5.983.690,01	8,55%

O Resultado acumulado do Período apresentou um superávit da ordem de 8,55%, o que demonstra que do montante das variações patrimoniais aumentativas do período, 91,45% foram consumidas com o montante das variações patrimoniais diminutivas.

b) RESULTADO NO PERÍODO

CONTA 1.1.1.2 – DISPONIBILIZDADES VINCULADAS

O Saldo de R\$ 915.400,76 (novecentos e quinze mil, quatrocentos reais e setenta centavos cinquenta e sete centavos) refere-se às retenções de 5% das empresas prestadora de serviços. Este valor encontra contrapartida na conta do Passivo 2.1.2.4.9 – CAUÇÕES. Informo ainda que ha uma diferença de 16.897,58 na conta 2.12.4.9, referente à retenção de 5% da empresa Presto Serviço Conservação LTDA, cujo depósito será efetuado no mês 01/2019.

CONTA 1.1.2.1.1 Arrecadação Compulsória

Na composição do Ativo Financeiro, a conta 112.1.2 – AN-C/Arrecadação do INSS, do Ativo Realizável, apresenta o saldo de R\$ 6.729.950,11 (seis milhões, setecentos vinte nove mil, novecentos cinquenta reais e onze centavos), com a seguinte composição:

a) R\$ 6.720.488,47 (seis milhões, setecentos vinte reais, quatrocentos oitenta e oito reais e quarenta e sete centavos) referente à cota da arrecadação financeira do INSS do mês de dezembro/2018 e do 13º salário a ser repassado pelo Departamento Nacional no mês janeiro/2019.

b) R\$ 9.461,64 (nove mil e quatrocentos, sessenta e um reais e sessenta e quatro centavos) referente ao desconto indevido, realizado pelo INSS em novembro de 1.999, na arrecadação financeira do SESC em favor do SEST e SENAT, pendente de solução por conta do Mandado de Segurança interpelado pela Administração Nacional do SESC conforme processo nº 1999.34.00.034116-7, ainda sem sentença.

1.1.2.2.2 – Conta Aplicação em Projetos Especiais no valor de R\$ 313.853,22, representa despesas efetuados pelo Departamento Regional com projetos, e enviado aviso de lançamento ao Departamento nacional, pendentes da remessa financeira, este valor quando enviado com correspondência na conta do passivo 2.1.2.3.2

1.1.2.2.3 - Conta aplicação em investimento. no valor de R\$ 164.327,74, representa despesas efetuadas pelo Regional com reformas e manutenção das unidade SESC Prainha e Administração, remessa financeira total de subsídios concedidos pelo Departamento Nacional, este valor quando enviado ao Regional, com correspondência na conta de passivo 2.1.2.3.3 conta aplicação em investimento

c) RESULTADO NO PERÍODO

A partir do exercício de 2017 com a entrada da vigência do novo CODECO, absorvendo as novas práticas contábeis, aprovado pela resolução SESC nº 1.245/2012, a Administração Nacional do SESC efetuou registro de depreciação conforme orientação da Resolução SESC nº 1.246/2012 de seus bens mantendo o saldo em contas redutoras do Ativo Imobilizado. As despesas geradas pelas depreciações de períodos passados foram registradas no Patrimônio Líquido (Ajuste de Depreciação Exercícios Anteriores) como estratégia da adoção inicial, já as depreciações mensais encontram-se na Variação Patrimonial Diminutiva.

8. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

a) EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA RECEITA

Da análise do quadro Balanço Orçamentário podemos concluir que a arrecadação da receita atingiu 91,66% do previsto no orçamento.

b) EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA

Da análise do quadro Balanço Orçamentário podemos concluir que a realização da despesa atingiu 83,82% do previsto no orçamento.

c) Resultado econômico do exercício alcança o percentual de 8,55% em relação à receita total.

REALIZAÇÃO DE VERBA ORÇAMENTÁRIA ACIMA DO AUTORIZADO

O excedente de R\$361.977,14 na rubrica orçamentária 5.1.1.9 – OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL E ENCARGOS referentes a cinco rescisões de gestores, uma rescisão de diretor de divisão, uma rescisão de Diretor Regional e uma rescisão de controlador chefe que não estavam previstas no orçamento/2018.

O excedente de 19.587,43 na rubrica orçamentária 5.1.5.3 CONTRIBUIÇÕES CONFEDERATIVA E FEDERATIVAS, refere-se ao aumento da arrecadação compulsória, ocasionou uma diferença 1,32% além do previsto para o Elemento de Despesa Contribuições Confederativa e Federativas.

a) SUPERÁVIT FINANCEIRO

O superávit financeiro é apurado com base no último Balanço Patrimonial por meio da equação: Disponibilidades Efetivas menos Exigível Imediato.

Título	Saldo em: 31/12/2017	Saldo em: 31/12/2018
Disponibilidade Efetivas	61.506.348,07	68.271.852,99
Exigível Imediato	4.988.731,16	5.740.019,97
Superávit Financeiro	56.517.616,91	62.531.833,02

b) SITUAÇÃO PATRIMONIAL

ÍNDICE DE LIQUIDEZ IMEDIATA:

$$\frac{\text{Disponibilidade Efetivas}}{\text{Exigível Imediato}} = \frac{68.271.852,99}{5.740.019,97} = 11,89$$

ÍNDICE DE LIQUIDEZ MEDIATA:

$$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} = \frac{78.823.696,52}{7.933.636,83} = 9,94$$

ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL:

$$\frac{\text{Ativo Circulante - (Valores em Apuração + Despesas antecipadas)}}{\text{Passivo Circulante - (Valores em Apuração + Receitas antecipadas)}} = \frac{78.429.054,29}{7.202.290,57} = 10,89$$

Jonas Antunes da Silva
Gestor da Contabilidade
CRC/MT nº 005778/0-7